

Evitar confrontos, a estratégia de Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador José Sarney não pretende, tão cedo, depor sobre os episódios que o levaram a renunciar à presidência do PDS. Talvez o faça mais tarde, talvez não o faça. Importa pouco, pois, afinal, as explicações são acacias: saiu porque não tinha mais condições de permanecer.

O que Sarney ressaltava em seus comentários mais íntimos é ter a consciência do dever cumprido a duras penas, desde 1980, quando o PDS foi criado e ele assumiu a sua presidência. Paradoxalmente, deve muitas vezes cumprido pela inação, mais do que pela ação. Pela cautela, acima e além da ousadia. O partido conseguiu, assim, atravessar um campo minado e uma situação imprevista, graças a seu espírito de tolerância e a ter aprendido rapidamente a arte de engolir sapos e de fingir-se de morto, em determinadas situações.

Pode ter parecido fraqueza, à primeira vista, mas não foi, tem desabafado o senador. O PDS e ele agiram dessa maneira de caso pensado, evitando o confronto e, assim, o inevitável retrocesso. Se a abertura política está consolidada, deve-se muito à ação do presidente João Figueiredo, mas, em paralelo, e por mais surpreendente que pareça, também à inação do partido, em certos casos.

A estratégia que pode ser chamada do refluxo foi traçada em conjunto com Petrônio Portella e com Golbery do Couto e Silva. Para explicá-la, é preciso remontar ao período final do governo Ernesto Geisel. Imaginaram o presidente, o então senador e o general, também com a participação de Sarney, que, sendo escolhido sucessor, o general João Figueiredo seria um presidente de transição. Impulsionaria a abertura política mediante uma série de iniciativas, reformando as instituições, mas apoiado no PDS. Trocaria as estruturas do chamado Sistema pelo edifício partidário, até podendo contar com a colaboração do PP e de outras legendas.

As coisas não se passaram assim. Apesar de passos mais do que louváveis dados no rumo da democratização, o general João Figueiredo não foi um presidente de transição. Manteve intacto o Sistema, e nele se apoiou para atuar e decidir, muito mais do que no PDS. Deu sinais desse comportamento logo no início de sua gestão, e por isso a estratégia inicial precisou ser reformulada. Terá sido um dos últimos

normalização democrática é um fato. Desapareceram os perigos de retrocesso. Ele não deixa de fazer justiça ao general João Figueiredo, mesmo desenvolvendo o diagnóstico aqui apresentado. Sem avançar declarações, é claro. Percebeu que podia renunciar, sem colocar em perigo os objetivos maiores da classe política e do País. A carga pesava-lhe sobremaneira nos ombros, tanto a de ter de parecer omisso quanto a de assistir às incursões do poder paralelo. Sente-se livre, agora, como que alforriado de um longo cativeiro, disposto a colaborar, como sempre, para a consolidação institucional, mas sem o ônus de ter de pisar no freio, todas as horas. Talvez esteja chegando, para ele, o tempo de calçar o acelerador.

O singular raciocínio do ex-presidente do PDS talvez não esgote todas as críticas formuladas ao partido, nos últimos quatro anos, mas, ao menos, afasta muitas simplificações açodadas. Realmente, se o PDS tivesse assumido o papel de verdadeiro partido político, numa série de episódios verificados ao longo do mandato do general João Figueiredo, talvez não existisse mais. E nem se fala do Riocentro, vergonha olímpica. Basta ficar nos casuísticos eleitorais que saíram pela culatra do partido, em 1982, ou no processo sucessório. O partido delegou ao presidente o mandato de coordenador e, de repente, viu-se humilhado e ofendido com a devolução abrupta da coordenação, sob o pretexto de que já existiam diversos candidatos e grupos estabelecidos ao redor deles. Ora bolas, se não fosse assim não haveria necessidade do mandato. Ninguém coordena o vácuo. Tivesse reagido à altura, isolando a participação do presidente, o PDS talvez enfrentasse o inenfeitável. Mas, matreiramente, não caminha para obter efeito igual, seja empurrando a esdrúxula candidatura de Paulo Maluf, seja afiando a lâmina da dissidência capaz de dar a vitória a um candidato das oposições?

É cedo para saber se a estratégia aqui apresentada surtiu efeito. Mas havia outra, como hoje, desafogado, indaga o senador José Sarney?

serviços prestados ao País por Petrônio Portella, antes de morrer: diagnosticar um novo tipo de ação política que, reduzindo o campo de ação do PDS e fazendo o partido refluir, preservasse as instituições e garantisse a democratização. Se permanecia agindo um poder paralelo ao poder político, caberia ao PDS não dar pretexto para confrontos. Seria preferível, como foi, deixar de ocupar os espaços que lhe cabiam até que se consolidassem conquistas fundamentais e irreversíveis.

De caso pensado, conforme Sarney, o PDS e ele agiram assim, mesmo sofrendo críticas de omissão e de se encontrarem a reboque do Sistema ou de estruturas paralelas, palacianas ou não. Era aceitar esse novo papel, ingrato, ou correr o risco de retrocessos, pois os acontecimentos de 1988 permaneciam na lembrança de todos. Quando a Arena entrou em choque com o governo, ou com o Sistema, esboroou-se, levando com ela o regime e as instituições.

Hoje, reconhece o parlamentar, em muito graças a essa postura, a